



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE
UNIDADE ACADEMICA DE BIOLOGIA E QUIMICA - UABQ**

ALINE MARTA DE MEDEIROS COSTA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS DOCENTES: EM FOCO
UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB**

CUITÉ-PB

2019

ALINE MARTA DE MEDEIROS COSTA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS DOCENTES: EM FOCO
UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Acadêmica de Biologia e Química (UABQ), do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como um dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Orientação: Dr. ^a Kiara Tatianny Santos da Costa.

CUITÉ-PB

2019

C837d

Costa, Aline Marta de Medeiros.

Os desafios da educação inclusiva para os docentes : em foco uma escola do município de Picuí-PB / Aline Marta de Medeiros Costa. - Cuité, 2019.

39 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde, 2019.

"Orientação: Profa. Dra. Kiara Tatianny Santos da Costa.

Referências.

1. Educação Inclusiva. 2. Professores em Sala de Aula. 3. Desafios - Educação Inclusiva. I. Costa, Kiara Tatianny Santos da. II. Título.

CDU 376(043)

ALINE MARTA DE MEDEIROS COSTA

**OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA OS DOCENTES: EM FOCO
UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE PICUI-PB**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Unidade Acadêmica de Biologia e Química (UABQ), do Centro de Educação e Saúde (CES), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), como um dos requisitos para obtenção do título de Licenciada em Ciências Biológicas.

Monografia apresentada e aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa

Orientadora – UAFM/CES/UFCG

Prof.^a Dr.^a Nayara Tatianna Santos da Costa

Examinadora Titular- UAFM /CES/UFCG

Prof. esp. Hoverdiano César Pereira Caetano

Examinador Titular – UFCG

DEDICO!

“A minha mãe Antônia Alice (in memoriam), que sempre me apoiou e me incentivou a acreditar nos meus sonhos, sei que em algum lugar olha por mim e vibra com essa conquista”

AGRADECIMENTOS

A Deus, que está acima de todas as coisas, sempre me protegendo e abençoando...

Agradeço à minha orientadora Kiara Tatianny por aceitar conduzir meu trabalho de pesquisa, agradeço pela sua dedicação e paciência.

Ao meu pai e minhas irmãs que sempre estiveram ao meu lado ao longo dessa trajetória, em especial minha irmã Hanna Alicia.

Aos meus amigos (a) da graduação que compartilharam dos inúmeros desafios apesar de tudo conseguimos ultrapassar todos os obstáculos, em especial Ana Hosana, Eliane Soares e Fabiana Flayse.

Às minhas amigas Alana Priscila, Adailma Santos, Diana Macedo, Joana Lacerda e Luciene Matias por sempre me apoiarem e acreditar em mim.

Ao meu namorado Tony Ferreira por me incentivar ser uma pessoa melhor, sempre me dando forças e apoio para vencer qualquer desafio.

A todos os meus professores do curso de Biologia da Universidade Federal de Campina Grande que sempre proporcionaram um ensino de qualidade.

A Universidade Federal de Campina Grande, especialmente ao Centro de Educação e Saúde, a todos os funcionários da instituição de ensino por me proporcionaram um ambiente propício para o desenvolvimento do meu trabalho.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes, por apoiar e auxiliar minhas atividades para realização desse trabalho.

Muito obrigada!!!

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz, e os seus planos serão bem-sucedidos” **Provérbios 16:3**

RESUMO

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos, aprender a respeitar os direitos dos outros, a conhecer, conviver e interagir, aprender com o outro, a ensinar e a compartilhar os conhecimentos, tem que ser uma constante aprendizagem no dia a dia, os alunos com deficiências são acobertados pela Lei 9394/96, nela, certifica-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela da Educação Especial”. Durante o estágio supervisionado, surgiu minha vontade de trabalhar com o tema “EDUCAÇÃO INCLUSIVA” quando na prática docente pude constatar a grande dificuldade dos professores na inclusão dos educandos com deficiências. Dessa maneira o estudo objetivou analisar os desafios de inclusão que os professores enfrentam em sala de aula, identificar o perfil dos professores do ensino fundamental, verificar os desafios e dificuldades de inclusão encontradas por esses professores, para realização da pesquisa foi usado o estudo de campo, com abordagem qualitativa com o uso de questionário semiestruturado. Desse modo, podemos concluir que informações nos apontam a falta de formação e capacitação profissional dos professores, bem como a falta de materiais e espaços adequados a esse atendimento, indicando a necessidade de melhor se discutir a inclusão na escola, a formação docente e estratégias adequadas para o atendimento aos alunos com deficiências.

Palavras chaves: Educação inclusiva, desafios, atendimento.

ABSTRACT

Inclusive education is a matter of human rights, learning to respect the rights of others, to know, live and interact, to learn from each other, to team and to share knowledge, has to be a constant learning in everyday life. Students with SEN are covered by law 9394/96, which makes sure that “there will be, when necessary, specialized support services in the regular school, to meet the peculiarities of the Special Education clientele”. During the supervised internship, my desire to work with the theme “INCLUSIVE EDUCATION” arose when in teaching practice I could see the great difficulty is teachers in the inclusion of students with SEN. Thus, the study aimed to analyze the challenges and of inclusion that teachers face in the classroom, to identify the profile of teachers in elementary school, to verify the challenges and difficulties of inclusion encountered by these teachers, the field study with a qualitative approach using a semi-structured questionnaire. Thus, we can conclude that information points us to the lack of training and professional qualification of teachers, as well as the lack of adequate materials and spaces for this service, indicating the need to better discuss inclusion in school, teacher training and appropriate strategies, for attending students with SEN.

Keywords: Inclusive education, challenges, attendance.

LISTA DE SIGLAS

CES - Centro de Educação e Saúde.

AEE – Atendimento Educacional especializado

ECA - Estatuto da Criança e do adolescente.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB - Lei de Diretrizes e Base da Educação.

MEC - Ministério da Educação.

PNEE - Política Nacional de educação especial.

SEE - Secretaria de Educação Especial.

TCLE - Termo de Consentimento de Livre esclarecido.

TDH – Transtorno de habilidades

UABQ - Unidade Acadêmica de Biologia e Química.

UFCG - Universidade Federal de Campina Grande.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 01 – Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes..... | 19 |
| Figur02 – Cite os recursos que a escola disponibiliza..... | 26 |
| Figura 03 - Quais as dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula..... | 27 |
| Figura 04 –Apresentação do teatro“ O grito do Silêncio “..... | 28 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | | |
|-------------------|---|----|
| Gráfico 1- | Formação específica para trabalhar com alunos com deficiências..... | 25 |
|-------------------|---|----|

LISTA DE TABELAS

| | |
|--|----|
| Tabela 1- Deficiências apresentadas pelos alunos no ano de 2018..... | 21 |
| Tabela 2- Deficiências especificadas pelos professores da escola EMEF Ana Maria Gomes...23 | |
| Tabela 3- Deficiências apresentadas pelos alunos da escola EMEF Ana Maria Gomes no ano de 2018..... | 24 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 14 |
| 1 REFERENCIAL TEÓRICO..... | 18 |
| 1.1 O Significado de Inclusão Escolar..... | 18 |
| 1.2 Educação Inclusiva: O que Diz a Legislação..... | 19 |
| 1.3 Educação Inclusiva na Escola..... | 20 |
| 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA..... | 21 |
| 2.1 A Pesquisa..... | 21 |
| 2.2 A Cidade e o Local da Pesquisa..... | 23 |
| 2.3 Público Alvo e Instrumento de Coleta de Dados..... | 24 |
| 2.4 Procedimento Utilizado na Análise dos Dados..... | 24 |
| 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO; ANALISANDO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PICUI-PB..... | 25 |
| 3.1 Perfil docente..... | 25 |
| 3.2 Problemática vivenciada pelos professores..... | 28 |
| 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 31 |
| REFERÊNCIAS..... | 32 |
| APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para realização da pesquisa na escola..... | 35 |
| APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido de participação dos discentes na pesquisa..... | 36 |
| APÊNDICE C – Questionário utilizado para a pesquisa com os professores..... | 39 |

INTRODUÇÃO

O processo ensino-aprendizagem é o conceito dado a um complexo sistema de relações entre professores e alunos, pois faz muitos tipos de abordagens como a competência do professor e a integração do conhecimento implícito do educando. Tais abordagens se unem na tentativa de responder as dificuldades encontradas no âmbito do ensino-aprendizagem.

O professor tem um papel relevante na formação de uma sociedade verdadeiramente pensante, ele não deve ser somente um transmissor de conhecimento e sim um mediador, fazendo com que os alunos aprendam a pensar, questionar e formar opiniões (BULGRAEN, 2010).

Desempenhar tal função requer do professor que ele não apenas trabalhe com métodos tradicionais onde a repetição e a memorização é a forma com que aja uma “aprendizagem”, mas sim que em suas aulas possa ser utilizado o método dialético onde esse possibilitará a comparação de suas experiências pessoais com os conteúdos que são propagados na escola.

Ao longo dos anos o ensino brasileiro vem sendo reformado, leis foram criadas, reformuladas, para tentar alcançar o melhor ou o que chegue ao mínimo perto disso e que até hoje vem sendo uma batalha. Uma dessas leis que vale salientar é a Lei 5.692, que fixou as diretrizes e bases da educação nacional, essa legislação veio reafirmar o direito ao ensino público gratuito para todos os brasileiros (BRASIL, 1996).

Mesmo assim muitas crianças atualmente ficam sem o acesso à escola e as que conseguem ingressar a sua permanência não lhe é garantida devido às condições precárias de funcionamento como um todo. A escola onde deveria atender a todas as crianças, sem distinção, na verdade atende a maioria de classe economicamente mais favorecida, o que agrava mais ainda as desigualdades sociais. Essa desigualdade e a qualidade do ensino tende a fortalecer ainda mais o fracasso na escolarização, principalmente da classe menos favorecida, impedindo que está adquira os conhecimentos fundamentais para a aquisição das aprendizagens básicas e também para a continuidade da escolarização e o que é bem pior, deixando espaço aberto para marginalização da maioria dos jovens da nossa sociedade.

Há muitas questões que interferem no bom andamento do processo de ensino-aprendizagem como os conteúdos dados em sala de aula, que muitas vezes é seguido apenas pela sequência do livro sem haver uma conexão com os assuntos dados. E outra questão é os procedimentos de ensino, que na maioria das vezes é apenas utilizado o quadro, onde não há uma discussão dos assuntos com os alunos isso faz com que não haja a menor participação do aluno, onde apenas o professor fala e os alunos escutem e memorizem o que lhe é passado. E

as avaliações que são realizadas a fim de saber o conteúdo memorizado pelo aluno e não o que saber como está seu desenvolvimento e sua aprendizagem, faz com que o rendimento dos alunos caia.

Há pontos evidentes que interferem no bom andamento do desenvolvimento de ensino-aprendizagem como o número excessivo de alunos por sala de aula, os conteúdos dados, que muitas vezes é seguido somente pela sequência do livro sem haver uma certa conexão com os assuntos. E outra questão são os procedimentos de ensino, ainda que na maioria das vezes é somente utilizado o quadro, onde não há uma discussão dos assuntos com os alunos isso faz com que ainda que não haja a menor atuação do aluno, onde apenas o professor fala e os alunos escutem e memorizem o que lhe é passado. E as avaliações que são realizadas a fim de saber o conteúdo memorizado pelo discente e não o que saber como está seu desenvolvimento e sua aprendizagem, faz com que o rendimento dos alunos diminua.

Dessa forma o rendimento do professor também cai muito, devido a sua falta de ânimo com a sua rotina de trabalho e até a sobrecarga dele faz com que não busque novas alternativas, caindo num comodismo, devido a sua insatisfação tanto pelas suas condições de trabalho quanto pela ausência de uma boa remuneração. E isso faz também com que o aluno não se interesse pelas aulas, que fique entediado, disperso atrapalhando todo o bom andamento do trabalho escolar. A consequência de tudo isso ocasiona a repetição de série ou na desistência total do aluno.

Os responsáveis pelas escolas e os professores parecem não questionar os conteúdos trabalhados, a falta de diálogo entre os que estão diretamente ligados ao ensino prejudica o planejamento curricular. Portanto, não havendo nem participação e nem interação na construção do saber, os currículos tendem a se constituir de uma mistura de conteúdos desconectados na vida dos alunos.

Está evidente que a escola precisa de mudanças e que essas mudanças devem acontecer na sala de aula, espaço reservado à ação docente propriamente dita, em que há uma interação direta do professor com o aluno, que numa ação conjunta devem buscar a construção do saber. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96) dispõe no capítulo V, que educação especial deve ser uma modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, para alunos com necessidades especiais. Enfatiza que é dever constitucional do estado a oferta de educação especial e preveem currículos, métodos e técnicas, recursos educativos e organização especificam para se obter um atendimento adequado de necessidade especial educativo. A nova LDB, no que se refere à educação especial, é integração do aluno com deficiência à classe comum; sendo, para isso, necessária a

capacitação dos professores não só para programas especializados como também para o ensino regular (BRASIL,1996).

Contudo é necessário observar se os profissionais da educação foram instrumentalizados para conseguir promover a integração de pessoas com deficiência às classes regulares, as dificuldades no atendimento muitas vezes são reflexos de uma prática social que não fica restrita apenas ao ambiente escolar (KAFROUN, 2011). De maneira geral, a sociedade estabelece e marca também as diferenças, e isso resulta em processos discriminatórios.

Durante o estágio supervisionado, onde estagiei na escola Ana Maria Gomes município de Picuí-PB, surgiu meu interesse pelo tema “EDUCAÇÃO INCLUSIVA” quando na prática docente pude constatar a grande dificuldade dos professores na inclusão dos educandos com deficiências em salas de aula do ensino regular que acontece de forma isolada. Desse modo, comecei a pensar em quais desafios futuros como docente poderei enfrentar em sala de aula.

Sendo assim, este estudo buscou analisar os desafios e dificuldades de inclusão que os professores enfrentam em sala de aula nos anos finais do fundamental da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes no município de Picuí-PB.

Desse modo buscamos identificar o perfil dos professores; verificar os desafios e dificuldades de inclusão encontradas por esses professores na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes no município de Picuí-PB; e assim discutir as dificuldades e possibilidades para a pratica do docente.

No primeiro capítulo que tem como título “**O Significado de Inclusão Escolar**” buscaremos destacar o significado e a importância da inclusão escolar na educação básica, no subtítulo **Educação Inclusiva: O que Diz a Legislação** analisar sobre os direitos assegurados para os alunos com deficiências nas escolas, no subtítulo **Educação Inclusiva na Escola** discutir sobre os desafios que ainda prevalecem na inclusão de alunos com necessidades especiais nas salas de aulas e nas escolas.

No segundo capítulo “**Procedimentos metodológicos adotados na pesquisa**” enfatizamos os procedimentos adotados na pesquisa de como o estudo foi realizado. Nesse capítulo evidenciamos os procedimentos adotados na pesquisa como o estudo foi realizado, falamos um pouco sobre a história do município de Picuí-PB, cidade onde a pesquisa foi realizada, discutimos o local da pesquisa, o público alvo e como foi realizada a coleta e a análise dos dados. Os questionários foram entregues a uma amostra dos professores (a) da

escola Ana Maria Gomes que oferecem as séries do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, localizada na zona urbana no município de Picuí-PB.

A pesquisa foi realizada da seguinte forma, na primeira etapa foi apresentado à escola o tema que seria trabalhado com os professores do ensino Fundamental e também foi aplicado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com a diretoria, no segundo momento foi esclarecido aos professores o tema, e aplicado os questionários semiestruturados para analisar o perfil dos mesmos e discutir a temática proposta no trabalho, na terceira etapa foram aplicados os questionários com os professores da escola. Todos os docentes que responderam os questionários assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

No terceiro capítulo **“RESULTADOS E DISCUSSÃO; ANALISANDO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PICUI-PB** “enfaticamente os resultados obtidos através dos questionários aplicados com os professores da Escola Municipal Ana Maria Gomes da cidade de Picuí-PB.

No momento seguinte é enfatizado as **“Problemáticas Vivenciadas Pelos Professores”** na entrevista com os professores, foi questionado sobre as problemáticas vivenciadas em sala de aula, a disponibilidade de recursos de apoio para trabalhar com esses alunos.

Concluiu que a análise dos dados e as considerações apontam para a necessidade de um maior envolvimento das políticas públicas municipais para que haja uma melhora na qualificação dos profissionais da educação, ampliar na escola a discussão sobre inclusão e o atendimento adequado a ser prestado a esses alunos com deficiência, dando uma maior atenção às necessidades apresentadas pelas escolas e pelos professores e assim atender de maneira eficaz todos os alunos.

1 INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesse capítulo buscaremos destacar a importância da inclusão escolar na educação básica, analisar sobre os direitos dos alunos com deficiências nas escolas, discutir sobre os desafios que ainda existem na inclusão desses alunos.

1.1 O Significado de Inclusão Escolar

A nossa identidade é estabelecida pela relação que criamos com os que estão à nossa volta, do qual nos ajudam a nos enxergarmos como pessoas com características próprias. A escola é, assim, um ambiente privilegiado para por essa percepção em prática, pela interação do qual nos proporciona, que precisa criar ambientes estimulantes e ricos com condições fundamentais para o desenvolvimento apropriado de qualquer indivíduo. Tendo em conta estes pressupostos, a educação inclusiva faz todo o sentido (SILVA, 2011).

Segundo Mantoan (2005), “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.

A inclusão promove a diversidade e garante o acesso à entrada de alunos com deficiências nas instituições de ensino sendo o principal objetivo banir qualquer obstáculo que venha delimitar a aprendizagem e desempenho dos alunos no processo educativo (CABRAL, 2008).

Nenhuma instituição pode negar vaga para um aluno de inclusão ou se negar de ensinar crianças e adolescentes com deficiências pois é crime: então todas as instituições devem garantir atendimento especializado para esses alunos, chamado de Educação Especial. Esse termo não pode ser confundido com escolarização especial, que é uma escola onde atende só alunos com Necessidades Educacionais Especiais ou em uma sala de aula separados, pois isso também é ilegal (CAGLIARI, 2007).

O artigo 208 da Constituição Brasileira especifica que é dever do Estado assegurar "atendimento educacional especializado aos alunos com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também está no artigo 54 do Estatuto da Criança e do Adolescente. A constituição obriga também as escolas a terem professores de ensino regular

preparados para auxiliar alunos com necessidades especiais a se engajar nas salas de aula comuns.

A preparação da escola não deve ser apenas dentro da sala de aula: alunos com deficiência física necessitam de espaços modificados, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados (SOARES, 2012). Engrossadores de lápis, apoio para braços, tesouras especiais e quadros magnéticos são algumas tecnologias que podem ajudar o desempenho das crianças e jovens com dificuldades motoras e todo material necessário para que o aluno obtenha algum desempenho, (Glat, 2008) diz que:

Na inclusão, a diferenciação curricular que se procura é aquela na qual não se separam os alunos com base em determinadas categorias, mas em que se educam os alunos em conjunto, procurando aproveitar o potencial educativo das suas diferenças, em suma, uma diferenciação na classe assumida como grupo heterogêneo. (GLAT, 2008, p. 92).

1.2 Educação Inclusiva: O que Diz a Legislação

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em vigor tem um capítulo especial para a Educação Especial nele, certifica-se que “haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de Educação Especial”. Também afirma que “o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular”. Além disso, o texto trata da formação dos professores e de currículos, métodos, técnicas e recursos para atender às necessidades das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL,1996).

A Constituição Federal do Brasil de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), (BRASIL,1996) afirma por lei que a criança e ao adolescente têm direito educação de qualidade bem como à liberdade, ao respeito e à dignidade como seres humanos.

Uma criança com deficiências não deve ter de procurar uma escola especializada. A criança tem direito a cursar escolas regulares comuns e cabe aos professores elaborar e aplicar atividades que levem em conta as necessidades específicas dela. Na alfabetização para alunos com deficiências visuais, por exemplo, o aluno tem direito a usar materiais adaptados ao letramento especial, como livros didáticos transcritos em braille para escrever durante as aulas. De acordo com o decreto 6.571, de 17 de setembro de 2008, é dever do estado oferecer o atendimento especializado em toda a rede pública de ensino (BRASIL, 2008).

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas oficializar e apoiar seu uso e divulgação, como também a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia (BRASIL, 2001).

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes, sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da assistência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação (BRASIL,2001, p. 19).

A educação inclusiva é antes de qualquer outra definição, uma questão de direitos humanos, aprender a respeitar os direitos dos outros, a conhecer, a conviver e interagir, aprender com o outro, a ensinar e a compartilhar os conhecimentos, tem que ser uma constante aprendizagem no dia a dia. A secretaria de Educação Especial (SEE) considerou a intensificação dos movimentos em prol da obra “Saberes e Práticas da Inclusão”, onde preconizou a efetiva melhoria da qualidade de educação para todos e com todos (BRASIL,2006). Orientou que as escolas devem: -Cultuar os valores alicerçados na Democracia; -Não excluir alunos e nem os rotularem; -Funcionar como sistemas abertos; - Criar condições para que seus atores também sejam autores das ações educativas; -Se estruturarem para funcionar como comunidades de aprendizagem; -Buscarem os meios necessários para remoção de barreiras para a aprendizagem e para a participação de todos, com todos e para toda a vida, isto é, escolas que sejam inclusivas. Independentemente de qual necessidade especial o aluno possa apresentar, ele possui alguma habilidade que deve ser estimulada e trabalhada.

Na perspectiva de garantir a inserção de todos os alunos na escola regular, é necessário um maior esforço efetivo de toda equipe, visando transformar o espaço escolar e aperfeiçoar a formação dos professores para trabalhar com as diferenças nas salas de aula (MENEGETTI, 2007).

Dessa forma, os alunos podem aprender, mas cada um de maneira diferente dos demais, dentro de uma perspectiva inclusiva de educação, a escola deve oferecer uma educação de qualidade sem excluir nenhum aluno, atendendo as diversidades existente, procurando sempre saber quais são suas habilidades e identificando seu estilo de aprendizagem e garantindo o sucesso e o desenvolvimento nas atividades escolares (CACERES, 2009).

1.3 Educação Inclusiva na Escola

A inclusão de alunos com necessidades especiais ainda é um dos grandes desafios que a educação enfrenta hoje. Apesar da ampla legislação garantindo a educação inclusiva, observa-se que o atendimento a pessoas com deficiências e/ou necessidades educacionais especiais, precisa além de políticas públicas mais coerentes, mais investimentos na capacitação dos docentes que na maioria das vezes não estão preparados para lidar com as diferenças em sala de aula (SOARES, 2018).

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial PNEE a evolução das ações referentes à educação especial é significativamente cerca de 81% de matrículas de estudantes especiais em redes públicas básicas (BRASIL,2008).

A diversidade na educação é a ideia de oferecer oportunidades e condições iguais, a todos os alunos, sem que ocorra desrespeito entre os mesmos, os permitindo o acesso e permanência na escola. As diversidades e diferenças encontradas nas escolas, não são apenas questões voltadas às minorias e as crianças com certas deficiências, mas sim, a condições étnicas e culturais distintas, desigualdades socioeconômicas, as relações de desrespeitos ou desrespeito por discriminação a diferentes classes sociais (SANTOS, 2008).

Chama-se escola inclusiva, ao contexto educacional que garante esse processo a cada um de seus alunos, reconhecendo a diversidade que constitui seu alunado, respeitando essa diversidade e respondendo a cada um, de acordo, com suas peculiaridade e necessidades (BRASIL, 2000, p.42)

É fundamental que o professor insira seu aluno em um ambiente que dê prioridade e cative em cada um o respeito com os demais colegas, formando pessoas civilizadas e educadas que tenham em si um espírito de coletividade, respeitando e se preocupando com os outros. Mostrando que apesar de ocorrer certas diversidades, todos os alunos estão engajados em um ambiente que priorize a igualdade e o companheirismo entre todos.

Para (Mantoan, 1997), a escola inclusiva deve proporcionar aos alunos com deficiências aprendizagens significativas por intermédio de adequações em suas práticas escolares, devendo estar atenta às dificuldades não só desses alunos, mas de todos, uma vez que a inclusão se faz com todos os alunos, não só com os que apresentam deficiência, mas também com os menos favorecidos socioeconomicamente, os trabalhadores e os marginalizados. A escola que tem essa visão chegará ao sucesso da inclusão.

A heterogeneidade de alunos em sala de aula não é sempre em relação a sua etnia, ela vai além, o professor deverá estar preparado para lidar com alunos de diferentes culturas, de diferentes classes sociais que separam grupos socioeconômico, das diferentes religiões, da diversidade de gênero, diversidade indígena e alunos com necessidades especiais. Essas necessidades especiais estão relacionadas a qualquer tipo de deficiência que o aluno possa ter, que atrapalhe o seu rendimento escolar e o faça se distanciar dos demais colegas. Esses alunos que apresentam certa necessidade especial, não devem de maneira alguma serem excluídos das atividades desenvolvidas na escola, os educadores têm a obrigação de garantir a oportunidade de ter acesso à educação a todos.

Existe várias dificuldades no que se refere a educação inclusiva, a falta de estrutura adequada para os professores se faz presente nas escolas públicas, salas de aulas superlotadas, além dos professores terem a carga horária alta e péssimas condições de trabalho e não ter formação específica na área da educação especial, fazendo com que muitos pais opinem colocar seus filhos em escolas especializadas para atender melhor a demanda (SÁ, 2003).

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA PESQUISA

Nesse capítulo evidenciamos os procedimentos adotados na pesquisa como o estudo foi realizado, falamos um pouco sobre a história do município de Picuí-PB, cidade onde a pesquisa foi realizada, discutimos o local da pesquisa, o público alvo e como foi realizada a coleta e a análise dos dados.

2.1 A Pesquisa

O trabalho científico se inicia com a pesquisa bibliográfica, permitindo o pesquisador analisar o que já foi estudado sobre determinado assunto (FONSECA, 2002, p. 32). A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave (OLIVEIRA, 2009).

A pesquisa de campo tem como o objetivo conseguir informações e/ou entendimento acerca de um problema para o qual procuramos uma resposta, ou de uma hipótese, que desejamos provar, ou, também descobrir novos episódios ou interações entre eles (PRODANOV, 2013).

Contudo a pesquisa de campo se caracteriza pelas investigações que vão além da pesquisa bibliográfica ou documental, pode ser feita coleta de dados junto as pessoas com o intuito de realizar diferentes tipos de pesquisas (FONSECA, 2002).

O estudo buscou correlacionar as informações com as fontes bibliográficas de estudos já realizados no Centro de Educação e Saúde – CES/ UFCG, campus Cuité/PB, e com as demais literaturas atuais existentes na internet sobre a temática com uma abordagem qualitativa.

2.2 A Cidade e o Local da Pesquisa

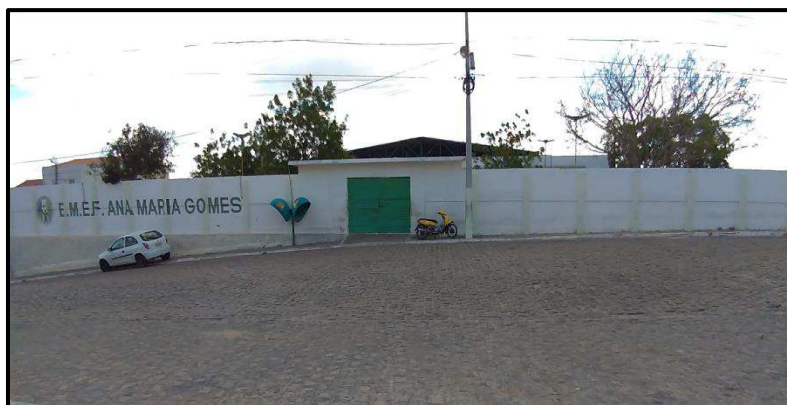
Picuí está situada na região central-norte do Estado da Paraíba, Mesorregião da Borborema e Microrregião Seridó Oriental Paraibano. Limita-se ao norte com Campo Redondo (RN) e Coronel Ezequiel (RN), leste com Nova Floresta e Cuité, sul com Pedra Lavrada, Nova Palmeira e, oeste, com Carnaúba dos Dantas (RN) e Frei Martinho (CPRM, 2005).

Atualmente a população estimada do município para o ano de 2010 era de aproximadamente 18.222 habitantes. A cidade conta duas escolas sobre a tutela do Estado da Paraíba, sendo uma apenas destinada ao ensino fundamental e outra que oferece Ensino Fundamental II, Médio e a Educação de Jovens e Adultos (IBGE, 2010).

A pesquisa ocorreu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes, situada na Rua: rua PE Apolônio Gaudêncio, Nº 300, Bairro Monte Santo, Picuí-PB. A pesquisa foi realizada com os professores escola que ministram nos anos finais do fundamental e atuam nos horários manhã e tarde em salas de aula de ensino regular onde estão inseridos alunos com deficiências.

A escola possui um papel bastante influenciador e estimulador no desenvolvimento das crianças, pois é responsável por realizar projetos e atividades extraclasse que contribuem para o desenvolvimento crítico e intelectual dos alunos, gerando uma maior interação com a comunidade.

Figura 01. Fachada da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ana Maria Gomes



Fonte: Produção da pesquisa (2019)

O estudo buscou correlacionar as informações com as fontes bibliográficas de estudos já realizados no Centro de Educação e Saúde – CES/ UFCG, campus Cuité/PB, e com as demais literaturas atuais existentes na internet sobre a temática com uma abordagem qualitativa.

2.3 Público Alvo e Instrumento de Coleta de Dados

Através das delimitações das literaturas lidas para o desenvolvimento da pesquisa, foi definido como objeto de amostragem os professores da educação básica da escola Ana Maria Gomes. “O conceito de amostra é que a mesma constitui uma porção ou parcela, conveniente selecionada do universo (população); isto é um subconjunto do universo” (LAKATOS,2008).

Em seguida buscamos solicitar informações os professores acerca das dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula através de um questionário semiestruturado na busca de relatos dos docentes sobre suas experiências significativas em sala de aula.

Desse modo, foram distribuídos questionários, onde a amostra foi constituída por 08 professores da Escola Municipal Ana Maria Gomes em Picuí, PB.

2.4. Procedimentos Utilizados na Análise dos Dados

A coleta de dados acontece após a definição e delimitação do tema, a revisão bibliográfica, a delimitação dos objetivos, a formulação do problema e hipóteses e a identificação das variáveis. Nessa fase podem ser empregadas técnicas diferenciadas, as mais utilizadas sendo a observação e o questionário quando se trata de pessoas.

Segundo Minayo (2001, p. 74 *apud* MOZZATO, *et al* 2011, p.734), a análise de conteúdo é “compreendida muito mais como um conjunto de técnicas”. Na visão da autora, constitui-se na análise de informações sobre o comportamento humano, possibilitando uma aplicação bastante variada, e tem duas funções: verificação de hipóteses e/ou questões e descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos. Tais funções podem ser complementares, com aplicação tanto em pesquisas qualitativas como quantitativas.

A mesma foi realizada em etapas, por separação do texto em unidades e em categorias para reagrupamento analítico, sendo composta por dois momentos: o isolamento dos elementos e a classificação das mensagens. A pesquisa ocorreu nos meses de agosto a novembro de 2019, na escola Ana Maria Gomes, onde professores do ensino fundamental anos finais de 6º ao 9º ano responderam à pesquisa desse trabalho, assim possibilitando discutir os resultados que estão detalhados no capítulo 3 deste trabalho.

3. ANALISANDO OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PICUÍ - PB

Os questionários foram entregues a professores (a) da escola Ana Maria Gomes que oferecem as séries do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, localizada na zona urbana no município de Picuí-PB.

3.1. Perfil docente

O corpo docente de nossa amostra é formado 100% de mulheres, uma vez que as mulheres predominam na profissão docente.

Em relação à idade dos docentes, houve uma certa variação, sendo a maioria constituída por professoras com mais de 30 anos. Os dados são detalhados na tabela:

Tabela 1: Idade dos professores

| FAIXA ETÁRIA | Nº DE DOCENTES | FA (%) |
|---------------------|-----------------------|---------------|
| 30 a 35 anos | 1 | 10% |
| 36 a 41 anos | 3 | 40% |
| 42 a 47 anos | 3 | 40% |
| Acima de 50 anos | 1 | 10% |

Fonte: Produção da pesquisa (2019)

Referente a primeira questão, como observado na **Tabela 1**, das oito professoras que atuam nos anos finais do ensino fundamental, uma delas encontram-se na faixa etária de 30 a 35 anos, com uma porcentagem de 10%, três delas encontram-se na faixa etária de 36 e 41 anos, com porcentagem de 40%, verifica-se que três encontram-se na faixa etária de 42 a 47 anos, também com porcentagem de 40% e apenas um acima dos 50 anos, apresentando uma pequena porcentagem de 10%.

Em relação à escolaridade apresentada, as oito (8) docentes já concluíram o curso superior. Dentre as respondentes, somente uma (1) é mestre; as demais se graduaram na modalidade de licenciatura e pedagogia, e apenas (1) tem especialização em educação inclusiva.

Pergunta seguinte: - Você tem alunos com deficiência? Especifique as deficiências: 100% dos docentes responderam que tem alunos com deficiências, as respostas estão apresentadas na tabela 2.

Tabela 2- Deficiências especificadas pelos professores da escola EMEF Ana Maria Gomes.

| DEFICIENCIAS ESPECIFICADAS PELOS PROFESSORES |
|---|
| AUTISMO |
| DEFICIENCIA FÍSICA |
| DEFICIENCIA INTELLECTUAL |
| DEFICIENCIA MÚTIPLA |
| ESQUIZOFRENIA |
| PARALISIA |
| RETARDO MENTAL |
| TRANSTORNO DE HUMOR |
| TDH |
| SURDEZ |

Fonte: Produção da pesquisa (2019)

Pelas declarações apresentadas na **TABELA 2**, podemos verificar que os docentes não estão bem inteirados das deficiências existentes no censo escolar. De acordo com a legislação (LDB, 1996) e os PCN (BRASIL, 1999) sobre alunos com deficiência, não somente o aluno

que apresenta deficiência física e/ou intelectual deve assim ser considerado e receber o atendimento necessário.

Tabela 3- Deficiências apresentadas pelos alunos da escola EMEF Ana Maria Gomes no ano de 2018.

| DEFICIENCIA, TGD ALTAS HABILIDAD | QUANTIDADES DE ALU | PORCENTAGEM |
|-------------------------------------|--------------------|-------------|
| AUTISTA | 5 | 28% |
| DEFICIENCIA FÍSICA | 6 | 35% |
| DEFICIENCIA INTELECTUAL | 5 | 28% |
| DEFICIENCIA MÚLTIPLA | 1 | 5% |
| SURDEZ | 1 | 5% |

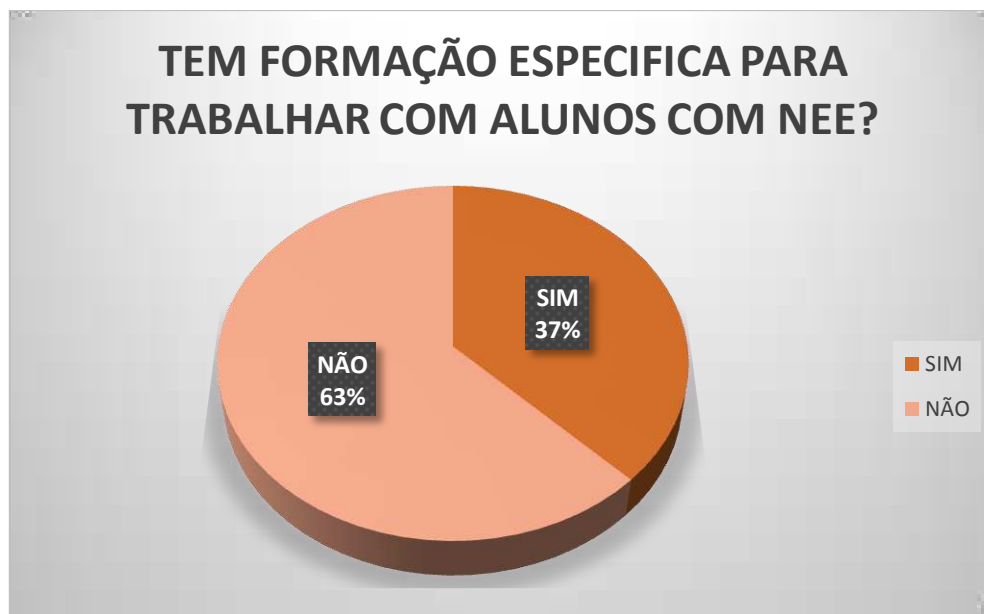
Fonte: dados do censo escolar 2018.

Pela síntese apresentada na **TABELA 3**, podemos perceber que a maioria dos alunos com deficiências inseridos no censo 2018, (5) apresentam deficiência física, (5) transtorno do espectro autista, há, ainda, casos em que as necessidades apresentadas estão relacionadas a alguma limitação nas habilidades mentais que é o caso da deficiência intelectual (5), apenas (1) aluno apresenta deficiência múltipla e (1) apresenta surdez.

Quanto à pergunta: - Já fez algum curso que o capacitasse para atuar com alunos com deficiência?

Percebeu-se que três (3) professoras declararam que tem a formação, segundo a legislação (LDBEN, 1996) os alunos com deficiências devem ter atendimento de profissionais especializados, observamos que não é bem isto que ocorre, visto que cinco (5) docentes afirmaram não ter nenhuma formação específica nesse sentido. Os dados ficam mais evidentes ao olharmos o gráfico 1.

Gráfico 1- Formação específica para trabalhar com alunos com deficiências



Fonte: Produção da pesquisa (2019)

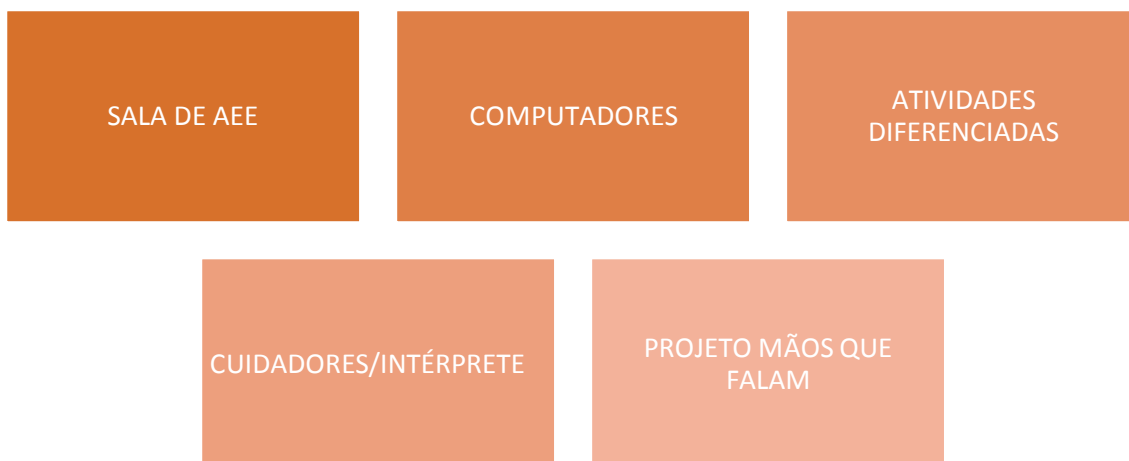
No **GRÁFICO 1**, verificamos a formação específica descrita pelos cinco (8) docentes. Das declarações percebemos que apenas (1) citou pós-graduação em educação inclusiva, (2) deles alguns cursos realizados pela secretaria de educação no próprio município, e (5) citaram que não tem formação específica, dessa forma favorecendo a formação desses profissionais e contemplando a realidade local.

3.2. Problemáticas Vivenciadas Pelos Professores

Durante a entrevista com os professores, foi questionado sobre a disponibilidade de recursos de apoio para trabalhar com esses alunos, muitos deles relataram sala de AEE, computadores, atividades diferenciadas. A preparação da escola não deve ser apenas dentro da sala de aula: alunos com deficiência física necessitam de espaços modificados, como rampas, elevadores (se necessário), corrimões e banheiros adaptados (SOARES, 2012). De acordo a **Figura 2**.

Quanto a pergunta: A escola disponibiliza recursos de apoio destinados a esses alunos com deficiência? Quais?

Figura 2: Cite os recursos que a escola disponibiliza.



Fonte: Produção da pesquisa (2019)

Todas as docentes responderam que sim a escola disponibiliza recursos de apoio destinados a esses alunos, relataram sala de AEE onde são realizadas atividades diferenciadas com material de apoio para esses alunos, cuidadores para os que necessitam, computadores, intérprete e o projeto mãos que falam, que teve ênfase em 2018, tendo como público alvo os alunos do 6° ao 9° ano que se interessam participar e aprender libras, atualmente são 40 alunos que fazem parte do projeto, a realização dos encontros se faz 1 vez na semana com duração de 2 horas, com relação as práticas de ensino se dá de forma interativa de acordo com o conteúdo administrado pelo docente, devido a demanda alta de inscrições esse ano foi realizada uma prova para seleção realizada pela referida instituição.

Figura 4: Apresentação do teatro “ O grito do Silencio “



Fonte: Fonte: Produção da pesquisa (2019)

Apresentação do grupo mãos que falam, no teatro “ O grito do Silencio “, os alunos estão de mal atadas devido estarem abordando a prisão das mãos dos surdos que antigamente eram proibidos de sinalizar, e suas mãos eram amarradas por muito tempo.

Quanto as considerações apresentadas em resposta à pergunta: - Cite as principais dificuldades de inclusão encontradas nas salas de aula?

Podemos identificar melhor na figura 3 essas dificuldades e compreende-las quais são.

Figura 3: Quais as dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula.



Fonte: Produção da pesquisa (2019)

Obtivemos os seguintes resultados para a pergunta da questão 6, sobre quais as dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula, de acordo com a **Figura 3**, os professores acreditam que as salas de aulas lotadas é um dos fatores que mais dificultam a inclusão dos alunos com deficiências, os docentes relataram que o não conseguem conciliar o pouco tempo de aula e dar uma atenção devida para esses alunos, ainda relataram falta de capacitação para lhe dar com certas situações em sala, e o modo qual avaliam esses alunos também dificulta, a falta de carteiras adaptadas, falta de cuidadores e de material didático, segundo (SÁ, 2003) ainda existe várias dificuldades no que se refere a educação inclusiva, a falta de estrutura adequada para os professores se faz presente nas escolas públicas, salas de aulas superlotadas, além dos professores terem a carga horaria alta e péssimas condições de trabalho e não ter formação especifica na área da educação especial, fazendo com que muitos pais opinem colocar seus filhos em escolas especializadas para atender melhor a demanda.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho foi identificar o nível de formação dos professores da escola Ana Maria Gomes, averiguar se a escola disponibiliza recursos específicos para trabalhar com alunos com deficiências, problematizar a relação entre formação e as dificuldades encontradas pelos professores na prática docente.

A educação inclusiva é antes de qualquer outra definição, uma questão de direitos humanos, aprender a respeitar os direitos dos outros, a conhecer, a conviver e interagir, aprender com o outro, a ensinar e a compartilhar os conhecimentos, tem que ser uma constante aprendizagem no dia a dia.

Observou-se que 100% dos docentes são mulheres, com idade acima de 30 anos, todas possuem licenciatura. Verificamos que 63% declaram não ter formação específica para atender esses alunos com deficiências e somente 37% declaram ter tal formação.

Os docentes responderam que a escola disponibiliza recursos de apoio destinados a esses alunos, relataram sala de AEE onde são realizadas atividades diferenciadas com material de apoio para os alunos, cuidadores para os que necessitam, computadores, intérprete e o projeto mãos que falam.

Os alunos reconhecidos pelos professores como incluídos com NEE foram declarados dos por apresentar autismo, deficiência múltipla, deficiência física, deficiência intelectual, autismo, deficiência, surdez, TDH, esquizofrenia, paralisia, retardo mental, transtorno de humor, dessa forma verificamos que os docentes não estão bem inteirados das deficiências existentes no censo escolar 2018.

Nos relatos apresentados, percebemos que ficou em evidencia a principal dificuldade de inclusão citada pelos professores que foi as salas de aula superlotadas e assim dificultando o processo ensino aprendizagem tanto para os professores quantos os alunos com deficiências.

Concluo que a análise dos dados e as considerações apontam para a necessidade de um maior envolvimento das políticas públicas municipais para que haja uma melhora na qualificação dos profissionais da educação, ampliar na escola a discussão sobre inclusão e o atendimento adequado a ser prestado a esses alunos com NEE, dando uma maior atenção às necessidades apresentadas pelas escolas e pelos professores e assim atender de maneira eficaz todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

BRASIL. **Decreto-Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial – MEC; SEESP**, 2001.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8069/90** | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, 1996.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Lei Nº. 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BULGRAEN, Vanessa, C. O papel do professor e sua mediação nos processos de elaboração do conhecimento. **Revista Conteúdo Capivari**, v.1, n.4, p.37, ago/dez 2010.

CACERES, M.E.S. **Educação Inclusiva: Concepções dos professores da rede regular de ensino**, 2009. Tese (Pós-graduação em educação especial) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium, São Paulo.

CPRM - Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea: Diagnóstico do município de Picuí-PB, estado da Paraíba**. Disponível em: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/16214/Rel_Picui_.pdf?sequence=1> . Acesso em: 10 de dez. 2018.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC. 2002.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. **PICUI**: síntese das Disponíveis em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=251010&idtema=16&search=paraibalnova-florestalsintese-das-informacoes>>. Acesso em: 10 de Jun. 2018.

KAFROUN, Roberta; PAN, Mirian Aparecida Graciano de Souza. **A inclusão de Alunos com necessidades educativas especiais e os impasses frente à capacitação dos profissionais da educação básica**: Um estudo de caso. Interação, Curitiba, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. In **Nova Escola**, maio, 2005.

MANTOAN. A formação de professores para a inclusão de alunos no espaço pedagógico da diversidade. In: MANTOAN [et al]. **O desafio das diferenças nas escolas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MENEGHETTI, K.G.R. et al. **Caminhos Pedagógicos da Educação Especial**. 4.ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL. **Saberes e práticas para inclusão: estratégias para alunos com necessidades educacionais especiais**. (2000) Brasília: 2000, xerox.

MOZZATO, Anelise Rebelato; GRZYBOVSKI, Denize. **Análise de Conteúdo como Técnica de Análise de Dados Qualitativos no Campo da Administração**: Potencial e Desafios. RAC, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 731-747, jul. /Ago. 2011. Disponível em <<http://www.anpad.org.br/rac>> acesso em 21 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Marcele Colares; BARBOSA, Joao Victor Bezerra. **METODOLOGIAS DE PESQUISA ADOTADAS NOS ESTUDOS SOBRE BALANCED SCORECARD**. In: **XIII Congresso Brasileiro de Custos – 30 de outubro a 01 de novembro de 2006**, Belo Horizonte- MG, Brasil, Disponível em: <<http://anaiscbc.emnuvens.com.br/anais/article/view/1701Cientifico.pdf>> acesso em 20 de setembro de 2019.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa**: tipos, técnicas e características. Travessias (UNIOESTE. Online), 2009.

PPP- **Projeto Político Pedagógico da Escola Ana Maria Gomes**, EMEF– 2016.

Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC, 1999.

PRODANOV, Cleber Cristiano. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 277 p. **Feevale**, 2. ed. Novo Hamburgo, 2013. Disponível em:< <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d04d5bb1ad1538f3aef538/Ebook%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> acesso em 10 de setembro de 2019.

SCHNEIDER, Roseleia. Inclusão do aluno com necessidades educativas especiais no ensino regular: um desafio para o educador. **Revista de Ciências Humanas**. v. 4, n. 4, p. 85, 2012.

SANTOS, J.V.T. Segurança Pública e Violência no Brasil. **Cadernos Adenauer**, v. 9, n.,4, 2008.

SÁ. **Más Maneiras de Sermos Bons Pais: As Crianças, o Pensamento e a Família**. Edição. 2003. Fim de Século-Edições, 117 pp. ISBN: 972-754-200-X.

SIQUEIRA, Gisele Nunes. **Educação Inclusiva**: Desafios Docentes nas Escolas Municipais de Formosa– GO. 2015. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso–Instituto Federal Ciência e Tecnologia de Goiás, Formosa 2015.

SOARES, M.E.S.A inclusão sob o olhar de educadores de uma escola pública. In: **III CINTEDI**, Campina Grande, 2018.

SOARES, Eliane da Silva. **O Ensino e Aprendizagem da Biologia na Educação de Jovens e Adultos em uma Escola Pública do Município de Nova Floresta-PB.2018**. 70 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2018.



CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Aline Marta de Medeiros Costa, a desenvolver o seu projeto de pesquisa “Os desafios da educação inclusiva para os docentes: em foco uma escola do município de Picuí-PB” que está sob a coordenação/orientação da Prof.^a Dr.^a Kiara Tatianny Santos da Costa cujo objetivo é Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar as principais dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula através de um questionário semiestruturado na busca de relatos dos docentes sobre suas experiências vivenciadas em sala de aula.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos da Resolução 466/12 e suas complementares, comprometendo-se o/a mesmo/a a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

Local, em ____/____/____.

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável pela Instituição ou pessoa por ele delegada

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada Os desafios da educação inclusiva para os docentes: em foco uma escola do município de Picuí-PB, que está sob a responsabilidade da pesquisadora Aline Marta de Medeiros Costa sob orientação da Profª Drª Kiara Tatianny Santos da Costa, e-mail: professorakiara@gmail.com, lotada na Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Educação e Saúde.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador responsável. Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Essa pesquisa tem como objetivo principal analisar as principais dificuldades de inclusão encontradas em sala de aula através de um questionário semiestruturado na busca de relatos dos docentes sobre suas experiências vivenciadas em sala de aula.

Os riscos são mínimos no desenvolvimento da pesquisa para o voluntário, tendo como resultados da pesquisa benefícios diretos e indiretos, como a possibilidade de reflexão sobre a própria prática pedagógica, que poderão favorecer novas reflexões no campo educacional originando assim novas práticas educativas. Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos voluntários, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Os dados coletados nesta pesquisa (questionário), ficarão armazenados em (pastas de arquivo e no computador pessoal da pesquisadora responsável), pelo período de no mínimo 5 anos.

Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extrajudicial. Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Em caso de dúvidas relacionadas aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFCG.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIO (A)

Eu, _____,
abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com a pesquisadora responsável, concordo em participar do estudo “Os desafios da educação inclusiva para os docentes: em foco uma escola do município de Picuí-PB”, como voluntário (a). Fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: ____/____/____

Assinatura do participante: _____

Assinatura do responsável: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite do voluntário em participar. (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

TESTEMUNHAS:

APÊNDICE C– Questionário utilizado para a pesquisa com os professores

Percepção e ação docente sobre o processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências na escola Ana Maria Gomes no município de Picuí-PB.

1-Idade: _____ Sexo () feminino () masculino

2- Qual área de formação, graduação ou especialização? Especifique

3-Você tem alunos com alguma deficiência? () sim () não

Especifique as deficiências:

4- A escola disponibiliza recursos de apoio destinados a esses alunos? Quais?

5- Já fez algum curso de formação que o capacitasse para atuar com deficiência? Qual?

6- Cite as principais dificuldades de inclusão encontradas nas salas de aula?

Agradeço à colaboração!